1. **Mapeando o desenvolvimento da agroecologia em Portugal – Ciência e movimentos**
2. DUARTE, Luís1; MUÑOZ-ROJAS, José2; SACRAMENTO, Octávio3
3. 1 MED&CHANGE – Universidade de Évora, luis.duarte@uevora.pt; 2 MED&CHANGE / Departamento de Geociências – Universidade de Évora, jmrojas@uevora.pt; 3 CETRAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, octavsac@utad.pt
4. **Resumo**:
5. Com este trabalho procuramos fazer uma caracterização do estado actual da agroecologia em Portugal, retrato até agora muito incompleto. Seguindo um raciocínio consolidado na literatura, a agroecologia tem sido entendida simultaneamente como uma ciência, uma prática e um movimento social. Este artigo, limitado a uma parte do trabalho de investigação de doutoramento, foca-se unicamente nas dimensões ‘ciência’ e ‘movimento social’. O enquadramento das iniciativas de natureza agroalimentar como agroecológicas apoia-se nos cinco níveis de “Gliessman” de transição para sistemas agroalimentares sustentáveis, incluindo aqui apenas as iniciativas que se mostram manifestamente “transformadoras”. Pretende-se assim identificar investigadores, projectos, centros de investigação, estruturas do poder central e local e movimentos cívicos comprometidos com a transição agroecológica em Portugal. A pesquisa empírica deste trabalho assenta no levantamento de projectos desenvolvidos no país, enquadrados nas características descritas, e que se identificaram através da “participação observante” em diferentes eventos. Esta listagem de iniciativas permitiu identificar as organizações nelas envolvidas e construir um quadro com entidades de ciência e investigação e de movimentos sociais e institucionais. Foram ainda realizadas entrevistas a actores-chave para fundamentar com maior solidez a informação aqui apresentada. O resultado final permite assim revelar uma panorâmica das iniciativas agroecológicas em Portugal, mapeamento que contribui, por um lado, para o estabelecimento de pontes através da aproximação dos agentes no terreno e, por outro, para a tomada de posições colectivas suportadas na amplitude das iniciativas em curso.
6. **Abstract**:
7. The current work intends to provide the present state of agroecology in Portugal, a picture that until now is quite scarce. Following consolidated reasoning in literature, agroecology has been regarded simultaneously as a science, a movement, and a practice. This paper, limited to a part of a PhD research project, looks only into the dimensions of ‘science’ and ‘social movement’. The inclusion of the agrifood initiatives as agroecological is based on the five-level transition framework of “Gliessman” towards sustainable agrifood systems, considering only the initiatives with a “transformative” approach. This paper intends, therefore, to identify researchers, projects, research centers, government structures, and civic movements enrolled in the development of agroecology in Portugal. The methodology was based on the identification of projects promoted within the country and considering the characteristics described, which were found through observant participation in relevant events. From here, the organizations participating in such projects were identified, allowing the construction of a framework of institutions of science and research, and social and institutional movements. The final methodological step consisted of the execution of interviews with key actors given the necessity to better support the information and conclusions provided in the report. The final result enables the creation of a general view of the agroecological initiatives taking place in Portugal, mapping that contributes, on one hand, to the establishment of connections through the rapprochement of the agents in the field and, on the other, to making collective stances based on the actual scope of the existing initiatives.
8. **Palavras-chave**: Agroecologia, Sistemas agroalimentares sustentáveis, Portugal, Ciência e Investigação, Movimentos sociais
9. **1. Introdução**
10. Esta comunicação pretende responder à necessidade de se identificar e caracterizar os principais actores nacionais, regionais e locais ligados à promoção da agroecologia e dos sistemas agroalimentares locais e sustentáveis em Portugal. Como ponto de partida, encontrámos dois trabalhos anteriores com um desígnio semelhante, i.e. caracterizar a agroecologia em Portugal: um deles resulta do projecto trAEce, coordenado em Portugal pelo GAIA e publicado em 2020 (*Projecto trAEce*, 2020); o outro, o volume 2 do mapeamento do desenvolvimento da agroecologia na Europa, publicado em Maio de 2024 pelo projecto AE4EU (Wezel et al., 2024). O presente trabalho, sendo mais abrangente, permite criar uma panorâmica das iniciativas agroecológicas em curso em Portugal, mapeamento que esperamos possa contribuir, além da aproximação dos diversos agentes no terreno, para a tomada de posições colectivas suportadas na relevância das iniciativas em curso. Temos também como objectivo discutir algumas ideias conclusivas e lançar pistas orientadoras dos contextos sociopolíticos necessários para o desejável crescimento deste movimento, como uma resposta eficaz aos desafios relacionados com a necessidade de proporcionar uma alimentação acessível e de qualidade, através de estruturas economicamente viáveis, mantendo padrões de justiça social e utilizando práticas ambientalmente saudáveis.

**2. Metodologia**

O trabalho de recolha de informação iniciou-se com a “participação observante” do primeiro autor em diversos eventos, entre Outubro de 2021 e Novembro de 2023, em resultado da procura activa por organizações em Portugal na temática dos sistemas agroalimentares sustentáveis. A partir daqui, identificaram-se as iniciativas que se evidenciam mais relevantes tendo como principal critério de inclusão os cinco níveis de Gliessman de transição para os sistemas alimentares sustentáveis (Gliessman, 2016). Somente se incluíram as iniciativas que claramente estão comprometidas com os níveis 3, 4 e/ou 5, isto é, as que representam os níveis “transformativos” do contexto actual (3 – redesenham o agroecossistema por inteiro; 4 – fomentam a aproximação entre produtores e consumidores; 5 – propõem a reconfiguração completa dos sistemas alimentares com novas lógicas de governança e territorialização). Deste modo, garante-se que a recolha de iniciativas contempla uma pespectiva fortemente agroecológica na identificação e caracterização de “stakeholders” selecionados.

Este levantamento inicial foi complementado com uma pesquisa documental de literatura cinzenta e de outra informação na Internet e com a participação em diversas redes de partilha. A partir dos projetos assinalados pudemos identificar os respectivos parceiros e então listar o conjunto de organizações aqui envolvidas. Usando de algum sentido crítico é certo, procurando descartar aquelas entidades que têm apenas uma participação simbólica ou pontual. Mesmo sem a intenção de exaustividade na caracterização do movimento, a metodologia revelou-se bastante robusta, como resultado da triangulação realizada, pois permitiu identificar um grande número de intervenientes e assim cruzar informação entre estes. A partir das listagens de parceiros nos projetos, optámos então por organizar as entidades / colectivos em quatro tipologias que permitiram agrupar a informação e consolidar os resultados. As tipologias aproveitaram duas das cinco utilizadas pelo trabalho de mapeamento da agroecologia na Europa (Wezel et al., 2023), às quais acrescentámos mais duas, como detalhe da tipologia ‘Movimentos’ e que correspondem ao sector público/institucional: 1. Ciência e Investigação; 2. Movimentos Cívicos e Sociais; 3. Administração Pública Central; 4. Administração Pública Local.

A última dimensão metodológica passou pela realização de entrevistas semi-dirigidas a actores-chave, identificados em função da relevância da actuação das organizações a que estão ligados. Procurou-se obter mais informação sobre as iniciativas de maior impacto, mas também conhecer junto dos respetivos protagonistas a sua visão sobre o desenvolvimento da agroecologia em Portugal. O seu contributo foi importante para completar algumas iniciativas em falta e, principalmente, para a construção de uma narrativa mais consensual sobre esta temática. Na Figura 1 podemos ver uma esquematização da metodologia utilizada.

Uma imagem com texto, captura de ecrã, Tipo de letra, número

Descrição gerada automaticamente

Figura 1 - Esquematização da metodologia utilizada

**3. Resultados e Discussão – Situação da agroecologia em Portugal**

* 1. **Ciência e Investigação**

Encontramos uma razoável multiplicidade de instituições de ciência e investigação ligadas a iniciativas com características agroecológicas. É, de resto, neste contexto que a agroecologia, enquanto termo e enquanto conceito, é mais profusamente utilizada. Estas organizações tanto são instituições do ensino superior como laboratórios colaborativos e centros tecnológicos. A este nível, lugar de destaque cabe ao CERNAS, um centro instituído pelas escolas agrárias dos institutos politécnicos de Coimbra, Viseu e Castelo Branco e que revela um envolvimento já com alguma maturidade, numa multiplicidade de projectos de promoção da sustentabilidade nos sistemas alimentares territoriais. Ainda no quadro dos institutos politécnicos, o CISAS, em Viana do Castelo, revela também uma orientação muito vincada para este tema, embora com uma actuação bem mais recente.

Na restante esfera do ensino superior, a Universidade de Lisboa tem diversas iniciativas relevantes, algumas ligadas ao Instituto Superior de Agronomia (LEAF) e à Faculdade de Ciências (cE3c). Ainda nesta universidade há algumas iniciativas protagonizadas pelo ICS, enquanto o Centro de Ecologia Funcional (U. Coimbra) e o MED (U. Évora) também têm algum trabalho desenvolvido, embora com intervenções complementares a uma visão agroecológica sistémica.

Quanto aos laboratórios colaborativos e centros tecnológicos, encontrámos alguns a intervirem no domínio da agroecologia, embora sem evidenciar essa como a sua primordial vocação – sempre mais na esfera da “tecnologia”. Merecem destaque o COTHN-CC (Alcobaça), o CATAA (Castelo Branco), o Food4Sustainability (Idanha-a-Nova) e o MORE (Bragança). Todos com ligação a projectos de natureza agroecológica e nalguns casos mesmo na figura de principal promotor.

Embora nenhuma destas estruturas possua um “departamento” de agroecologia, o facto é que todas têm revelado iniciativa para participar em actividades de natureza agroecológica. Nalguns casos, certamente, tal ocorre por questões de oportunidade relacionada com a disponibilidade de financiamentos, mas outros casos há em que a intervenção procura ser estruturada mais a longo prazo, quer através de projectos mais longos que dêem continuidade ao trabalho anterior, quer com iniciativas continuadas (ex. Escola de verão em Agroecologia - ESA Viseu, repositório Biolog - Food4Sustainability).

* 1. **Movimentos cívicos e sociais**

Ao nível da sociedade civil são bastantes as organizações que identificámos envolvidas com o movimento agroecológico. Desde logo, algumas delas decorrem da extensão cívica dos investigadores na academia, como a Caravana Agroecológica (a partir do cE3c) ou a ACSA (sem um centro na sua génese mas que resulta da participação activa de diversos académicos). Estas duas organizações, fundadas em 2018 e 2019, têm-se revelado especialmente activas na mobilização da sociedade civil: a primeira pelas iniciativas específicas que tem desenvolvido e a segunda por se ter materializado num ponto de encontro dos interessados no tema, servido ainda de repositório científico de literatura. Temos depois outras associações resultantes do activismo social, como o GAIA, que tem produzido material em agroecologia muito relevante e promovido iniciativas de discussão do tema (elaboração de um currículo agroecológico e publicação científica decorrente do diagnóstico participativo de Odemira (Horstink et al., 2023)). Merece ainda destaque a ACTUAR pela diversidade e abrangência de iniciativas e, numa dimensão mais prática, a REGENERAR, especificamente criada para dar cobertura nacional às AMAP/CSA criadas em Portugal onde os princípios agroecológicos estão plenamente retratados.

Um outro campo dos “movimentos sociais” é o das organizações de produtores, com destaque para a CNA, com um já longo trabalho em prol da agricultura familiar e cujo recente redireccionamento para a agroecologia levou-a a estar na base da criação do CeCAFA. Outras associações aqui em destaque são a AJAP e a CONFAGRI, que têm revelado disponibilidade para participar e coordenar iniciativas de promoção de redes alimentares alternativas e mais sustentáveis. A AGROBIO pode enquadrar-se neste grupo embora seja uma organização com uma abordagem mais sectorial, que enquadra a agroecologia nas suas práticas, mas não nas narrativas.

Temos depois as associações de desenvolvimento local/regional, que normalmente constituem os denominados Grupos de Acção Local *Leader*. Estas entidades, organizadas em torno da Federação “Minha Terra”, têm revelado um envolvimento muito importante com o cabaz Prove, complementado com o projecto 3C, bem como com o projecto SAL. Têm ainda um papel central na execução do PNAES em articulação com a DGADR. Embora garantam uma articulação permanente em rede, os grupos locais aqui mais envolvidos parecem ser a ADREPES, a ATAHCA e a ADER-SOUSA. Com iniciativas mais diversificadas surgem os GAL do Sul do país, como a Associação InLoco ou a ESDIME. Destaque ainda para a Associação Terra Sintrópica que, não sendo um GAL, tem montada uma vasta rede de parcerias que lhe permite intervir na transição agroecológica. Interessa notar ainda que esta rede de organizações cobre praticamente todo o território nacional.

Há, finalmente, as empresas privadas que acabam por ter acções de promoção das práticas agroecológicas, que vão para lá da sua actividade meramente empresarial. Sementes Vivas, New Organic Planet, BGI – Building Global Inovators, Orgo.eco e Climate Farmers estão entre os exemplos mais interessantes que identificámos.

* 1. **Administração Pública Central**

Ao nível da administração pública há também algumas iniciativas de relevo, embora fique a ideia de que a esfera do poder local se apresenta mais dinâmica do que o poder central. Começando por este, o INIAV e a Rede Rural Nacional são os que revelam maior envolvimento, quer por razões de tutela, quer por servirem de ponto de recolha e difusão de informação (ex. a Rede Rural Nacional tem um catálogo com os projectos financiados pelo PDR2020 (Entrudo et al., 2023)). Para além disso, têm participado como parceiros em diversos projectos. As direcções regionais de agricultura e pescas (entretanto integradas nas CCDR) também se envolvem, sendo que fica alguma ideia de que este envolvimento depende mais do interesse e motivação do seu quadro técnico do que duma orientação estratégica. A CCDR de Lisboa e Vale do Tejo tem uma intervenção digna de nota na rede FoodLink, enquanto o escritório da FAO em Portugal também merece destaque pela forma como tem dinamizado projectos de segurança alimentar e nutricional. Realce ainda para a Turismo de Portugal, cujas escolas de hotelaria e turismo, e muito bem, têm adoptado programas curriculares que contribuam para uma gastronomia local, sazonal e sustentável e se têm envolvido em projectos com outros parceiros (ex. GrowLIFE).

* 1. **Administração Pública Local**

A nível local (e supralocal) podemos apontar a AML e a CIM do Alto Minho como as únicas comunidades intermunicipais com envolvimentos claros (rede FoodLink e projecto Feast). Considerando a dinâmica que encontramos em tantos municípios, julgamos que merece uma reflexão esta dificuldade de cooperação para criar massa crítica nas intervenções locais. Já nomear iniciativas municipais parece quase injusto pelo risco de deixarmos, por desconhecimento, tantas de fora. Podemos ilustrar a relevância das acções dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo (projecto Bio D’Argo), Cascais (Cascais Ambiente – hortas municipais), Idanha-a-Nova (Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, manual das bio-regiões (Costa et al., 2022)), Mértola (estação biológica, projectos TerraAlimenta e Pastagens regenerativas), Torres Vedras (rede de transferência de biocantinas e PSAE), Castelo Branco (conselho municipal de alimentação), Setúbal (hortas urbanas e projecto The Place), Arruda dos Vinhos (incubadora de empresas e ArrudaLab), Montemor-o-Novo (SMEA) ou S. Pedro do Sul (Bio-região).

1. **Conclusões**

Perante os resultados alcançados não podemos afirmar que Portugal seja uma referência ao nível das práticas agroecológicas. A maioria dos entrevistados apontou inevitavelmente para o adjectivo “incipiente” quando confrontados com a situação do movimento em terras lusas. A nossa própria revisão de literatura aponta nesse mesmo sentido, ao não identificar autores portugueses com preponderância na investigação internacional nesta matéria. Também se nota que ainda não há uma visão marcadamente agroecológica em muitas das iniciativas, as quais revelam um trabalho muito condicionado por “projectos”, o que frequentemente condicionam a falta de continuidade das acções e a falta de orientação estratégica, com iniciativas muitas vezes isoladas (falta de cooperação e de criação de massa crítica) e uma intervenção muito sectorial, seja na vertente mais produtiva como de sistemas alimentares, mas geralmente com pouco foco num entendimento integrado. A integração destas componentes debaixo do chapéu conceptual – que pode ser a agroecologia – só muito recentemente se começa a fazer. E embora as políticas públicas nacionais não tenham ainda assumido a agroecologia como uma bandeira (referências vagas na agenda Terra Futura, um PNAES muito discreto e um estatuto da agricultura familiar “confuso”), há hoje um quadro de iniciativas que revelam uma forte capacidade de mobilização de diferentes agentes em projectos com alguma perspectiva agroecológica. Esta ideia é, de resto, corroborada pelos dois trabalhos anteriores de caracterização da agroecologia em Portugal ou, de um modo mais amplo, pelo e-book relacionado com a produção e o consumo sustentáveis.

Estas iniciativas, além de resultarem das organizações de ciência e investigação e da sociedade civil, também decorrem do envolvimento de alguns municípios na promoção desta transição para sistemas agroalimentares mais justos, revelando aqui um potencial para se desenvolverem acções com resultados concretos e impactantes. Aliás, a dimensão local tem dado o exemplo nesta matéria, em oposição à inércia do poder central, conforme é bem descrito pelo relatório de Novembro de 2023 do IPES-Food, do Prato ao Planeta (IPES-Food, 2023). O facto do 10º Congresso Internacional de Agroecologia se realizar em Portugal em 2024 atesta da dinâmica que está instalada. Toda esta “azáfama” parece reflectir um crescimento muito visível no sector, também motivado por uma opinião pública muito favorável, ao que certamente não é alheio o conjunto de iniciativas práticas, formativas, científicas e outras que estão a criar um entendimento muito mais abrangente (agroecológico), das tradicionais acções de promoção da agricultura sustentável e dos sistemas alimentares justos e locais.

**Agradecimentos**

Agradecemos às pessoas entrevistadas pelo tempo disponibilizado, bem como pelas opiniões e conhecimentos partilhados que permitiram em muito enriquecer esta comunicação. Este trabalho beneficiou do apoio do programa de bolsas de investigação de doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, n. 2023.02791.BD. Os investigadores agradecem igualmente o apoio da FCT através dos projectos UIDB/05183/2020 e UIDB/04011/2020.

**Referências bibliográficas**

Costa, C. A., Santos, C., Correia, C., Costa, D. V. T., Correia, H. E., Dias, J., Dias, R., Rocha, S., & Mesquita, S. (2022). *Manual das bio-regiões. Uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais*. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/7482

Entrudo, A., Mendes, F., & Campos, V. (2023). *Catálogo de projetos financiados pela Rede Rural Nacional* (p. 136). Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. https://www.rederural.gov.pt/component/jdownloads/?task=download.send&id=2240&catid=10&m=0&Itemid=101

Gliessman, S. (2016). Transforming food systems with agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, *40*(3), 187–189. https://doi.org/10.1080/21683565.2015.1130765

Horstink, L., Schwemmlein, K., & Encarnação, M. F. (2023). Food systems in depressed and contested agro-territories: Participatory Rural Appraisal in Odemira, Portugal. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, *6*. https://doi.org/10.3389/fsufs.2022.1046549

IPES-Food. (2023). *From Plate to Planet*. IPES-Food. https://ipes-food.org/report/from-plate-to-planet/

*projecto trAEce: Levantamento da situação da agroecologia em Portugal | GAIA*. (2020). https://gaia.org.pt/2020/12/14/projecto-traece-levantamento-da-situacao-da-agroecologia-em-portugal/

Wezel, A., Grard, B., & Gkisakis, V. (2023). *Mapping the development of agroecology in Europe*. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.7774412

Wezel, A., Grard, B., Kamilia, K., & Gkisakis, V. (2024). *Mapping the development of agroecology in Europe—Volume 2*. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.11210432